SEL.ASSEC.
6066.2019/0005863-0
 INTERESSADO: Rubio & Luongo Arquitetura Ltda.
 PARECER FINAL
 O GRAPROEM, em sua 106ª Reunião Ordinária, realizada em 13 de janeiro de 2.021, nos termos das atribuições dadas pelo Decreto nº 58.955, de 20 de setembro de 2.019, alterado pelo Decreto nº 59.455, de 19 de maio de 2.020, após debates, deliberou pelo indeferimento do pedido, com base no relatado por SVMA/GTAC no doc. SEI nº 037655370.

SEL.ASSEC.
1010.2020/0001850-0
 INTERESSADO: Rec SS Pipeline Empreendimentos IX Ltda.
 PARECER FINAL
 O GRAPROEM, em sua 106ª Reunião Ordinária, realizada em 13 de janeiro de 2.021, nos termos das atribuições dadas pelo Decreto nº 58.955, de 20 de setembro de 2.019, alterado pelo Decreto nº 59.455, de 19 de maio de 2.020, após debates, deliberou favoravelmente à emissão do Alvará de Aprovação de Edificação Nova, com base nos pareceres de SEL/COMIN (doc. SEI nº 037699992) e SVMA (doc. SEI nº 037677035 e 032647925), após comunique-se relativo à outorga onerosa, atendidas às demais disposições legais pertinentes. Deverão constar do alvará as ressalvas propostas por SVMA/DAIA/GTAC.

SEL.ASSEC.
6068.2020/0001513-6
 INTERESSADO: Guanarê Investimentos Imobiliários Ltda.
 PARECER FINAL
 O GRAPROEM, em sua 106ª Reunião Ordinária, realizada em 13 de janeiro de 2.021, nos termos das atribuições dadas pelo Decreto nº 58.955, de 20 de setembro de 2.019, alterado pelo Decreto nº 59.455, de 19 de maio de 2.020, após debates, deliberou favoravelmente à emissão do Alvará de Aprovação de Edificação Nova, com base nos pareceres de SEL/RESID (doc. SEI nº 037700826 e 037706174) e SVMA (doc. SEI nº 035850625), após comunique-se relativo à outorga onerosa, atendidas às demais disposições legais pertinentes.

SEL.ASSEC.
6068.2020/0001640-0
 INTERESSADO: Lusa 6 Empreendimentos Imobiliários Ltda.
 PARECER FINAL
 O GRAPROEM, em sua 106ª Reunião Ordinária, realizada em 13 de janeiro de 2.021, nos termos das atribuições dadas pelo Decreto nº 58.955, de 20 de setembro de 2.019, alterado pelo Decreto nº 59.455, de 19 de maio de 2.020, após debates, deliberou pelo indeferimento do pedido, em face da necessidade de novo comunique-se, não previsto no procedimento 'Aprova Rápido', com base no relatado por SEL/PARHIS no doc. SEI nº 037525990 e por SVMA no doc. SEI nº 037377978. Em eventual recurso o interessado deverá atender aos itens elencados nos referidos documentos.

SEL.ASSEC.
6068.2020/0002036-9
 INTERESSADO:Tenda Negócios Imobiliários S.A.
 PARECER FINAL
 O GRAPROEM, em sua 106ª Reunião Ordinária, realizada em 13 de janeiro de 2.021, nos termos das atribuições dadas pelo Decreto nº 58.955, de 20 de setembro de 2.019, alterado pelo Decreto nº 59.455, de 19 de maio de 2.020, após debates, deliberou favoravelmente à emissão do Alvará de Aprovação e Execução de Edificação Nova, com base nos pareceres de SEL/PARHIS (doc. SEI nº 037234007) e SVMA (doc. SEI nº 037377723), atendidas às demais disposições legais pertinentes. Deverá constar do alvará a ressalva proposta por SVMA/DAIA/GTAC.

SEL.ASSEC.
6068.2020/0004111-0
 INTERESSADO: Vibra Residencial Ltda.
 PARECER FINAL
 O GRAPROEM, em sua 106ª Reunião Ordinária, realizada em 13 de janeiro de 2.021, nos termos das atribuições dadas pelo Decreto nº 58.955, de 20 de setembro de 2.019, alterado pelo Decreto nº 59.455, de 19 de maio de 2.020, após debates, deliberou pelo indeferimento do pedido, com base no relatado por SVMA nos docs. SEI nº 037688020 e 037688939. Em eventual recurso o interessado deverá atender aos itens elencados por SEL/PARHIS no doc. SEI nº 037511102.

SEL.ASSEC.
6068.2021/0000085-8
 DECISÃO INTERLOCUTÓRIA/013/ASSEC/2021
 Em face da documentação e das peças gráficas apresentadas, e da MANIFESTAÇÃO/013/ASSEC/2021:
 I.I. Considerada INADMISSÍVEL a aplicação do procedimento 'Aprova Rápido' ao empreendimento proposto, com base nos seguintes motivos:
 a. Infração aos índices e parâmetros estabelecidos no Quadro 2 anexo ao Decreto nº 59.885/20 e item 4 do Art. 28 da Instrução Normativa nº 006/SEL-G/2020 (gabarito superior ao permitido e não atendimento ao recuo mínimo de frente);
 b. Inobservância ao disposto no item 3 do Art. 4º e Art. 18 da Instrução Normativa nº 006/SEL-G/2020 (ausência de plantas assinadas em formato PDF e de Carta da EMPLASA, para análise de SVMA).

COORDENADORIA DE ATIVIDADE ESPECIAL E SEGURANÇA DE USO

SEGUR-3

SEL/CONTRU DLR
DESPACHO DO SR. DIRETOR
2020-0.014.607-0 A. T. PINHEIRO EVENTOS - Defiro o pedido de ALVARÁ DE AUTORIZAÇÃO para o evento CIRCO DE ROMA a ser realizado no(a) ESTRADA TURÍSTICA DO JARAGUÁ, 840 - VILA JARAGUÁ - data do evento: 17/01 a 15/02/2021 para uma lotação máxima de 600 pessoas.

DESENVOLVIMENTO URBANO

DEPTO DE USO DO SOLO

DESPACHO
2017-0.023.784-1 –Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein; Assunto: Complexo de Saúde, Educação em saúde e pesquisa em saúde
PROCESSO DOCUMENTAL
 Nada mais havendo a ser tratado no presente a vista do Despacho nº 382/2017/SMUL.G publique e archive-se.

HABITAÇÃO

GABINETE DO SECRETÁRIO

SEHAB/GABINETE
PROCESSO ELETRÔNICO 6014.2020/0001872-6
DESPACHO
 1. Considerando as informações constantes nos autos, em especial, a manifestação juntada em doc. SEI nº 031413197, que acolho com razão de decidir, e passa a integrar a presente decisão, DETERMINO a concessão do benefício de Auxílio Aluguel, ao município Adevanil Luiz Firmino, CPF – 010.417.188-02 com fundamento no Art. 2º, Inciso IV, da Portaria nº 131/SEHAB/2015.

HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

GABINETE DO SUPERINTENDENTE

PROCESSO Nº 6210.2021/0000422-6
Despacho Autorizatório
 I - À vista dos elementos constantes no procedimento administrativo em tela, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 4º, inciso XV da Lei 13.766, de 21 de janeiro de 2004, e com fundamento no artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93, e atualizações posteriores, AUTORIZO a emissão do Extrato de Reserva e Nota de Empenho por estimativa, no importe de R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais), em favor da empresa Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, CNPJ nº 43.776.517/0001-80, para cobertura das despesas relativas ao consumo de água e esgoto, durante o exercício de 2021, para as unidades pertencentes ao HSPM, onerando-se a dotação orçamentária 02.10.10.302.3003.2.507. 3.3.90.39.00, tão logo ocorra a disponibilização de tais funções no sistema de execução orçamentária.

II – Autorizo ainda complemento e cancelamento da Nota de Empenho, se necessário for, no decorrer da execução orçamentária.

III – Publique-se

DIVISÃO ADMINISTRATIVA

EXTRATO DE CONVÊNIO(PARceria)
PROCESSO: 6210.2019/0008501-0 HSPM. TERMO 001/2021 DE ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO CONVÊNIO(PARceria). PARTICIPE: : SOUL ALEGRIA – PALHAÇOS DE HOSPITAL - CNPJ nº 97.521.200/0001-21. Objeto: Trabalho de Humanização Hospitalar para pacientes adultos, idosos e crianças, visitantes, acompanhantes e profissionais da saúde no hospital supracitado em São Paulo, que se realizará por meio da preparação, alocação e supervisão de voluntários, sem ônus ao parceiro. Prazo: Fica prorrogado pelo período de 12 (doze) meses, a partir de 15 de janeiro de 2021, o Termo 001/2021 de Convênio (Parceria). Ficam mantidas as demais disposições não alteradas pelo presente termo.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL

GABINETE DO SUPERINTENDENTE

DESPACHO AUTORIZATÓRIO
PROCESSO SEI Nº 6021.2020/00042147-2 - Ação Ordinária nº 0002058-46.2002.8.26.0053 - 14ª VARA FAZENDA PÚBLICA. Reajuste salarial referente ao quadrimestre de março a junho de 1997 (2,85%). Ação julgada procedente. Trânsito em julgado. Execução definitiva. Necessidade de envio ao DERH para cumprimento. Nos termos de orientação do Departamento Judicial por meio do Encaminhamento PGM/JUD 21 - Cumprimento e RPV nº 035850968, constante do processo SEI nº 6021.2020/0042147-2, para cumprimento definitivo de decisão judicial transitada em julgado nos autos da Ação Ordinária nº 0002058-46.2002.8.26.0053 e da Ação de Cumprimento nº 0003951-42.2020.8.26.0053, movidas por KEI KOBAYASHI OKUYAMA E OUTRA, ambas em tramitações perante a 14ª Vara da Fazenda Pública, visando o reajuste salarial referente ao quadrimestre de março a junho de 1997, determino, em caráter definitivo, a) anotar a decisão havida nos prontuários das autoras KEI KOBAYASHI OKUYAMA, pensionista nº 018316/4-00, nascida em 08/04/1940, portadora da identidade de RG nº 2.419.275 SSP/SP e do CPF/MF nº 025.146.728/72, e MARIANA KOBAYASHI OKUYAMA, ex-pensionista nº 018316/4-01, nascida em 11/02/1977, portadora da identidade RG nº 22.694.167-X SSP/SP e do CPF/MF nº 260.325.728/54, com pensão cessada em 11/02/2002 por maioridade, na condição de beneficiárias do ex-servidor MARIO HITOSHI OKUYAMA, falecido em 28/06/2000; b) recalcular os proventos de pensão por morte das autoras, aplicando para os quadrimestres de março a junho de 1997 (2,85%), observando-se, para os quadrimestres posteriores, o limite de comprometimento previsto no § 3º, do artigo 4º da Lei Municipal nº 11.722/1995, observando-se a compensação com reajustes posteriores; c) apurar as diferenças decorrentes para os meses posteriores; d) cadastrar o percentual alcançado em janeiro/2021, incluindo-o em folha de pagamento; e) elaborar demonstrativo de atrasados, adotando-se como termo inicial março/1997 (prescrição quinquenal) e como termo final a véspera do cadastramento ou da data da cessação do benefício.

DESPACHO AUTORIZATÓRIO
PROCESSO SEI Nº 6021.2021/0001264-7 - Ação Ordinária nº 1045462-13.2014.8.26.0053 - 7ª VARA FAZENDA PÚBLICA. Processo nº 1045462-13.2014.8.26.0053. Pedido de conversão dos salários em URV nos meses de março a junho de 1994. Procedência. Trânsito em julgado. Execução definitiva quanto ao mérito. MSP intimada para providenciar o cumprimento da obrigação de fazer. Limitação à reestruturação. Encaminhamento para providências. Encaminhamento ao DRH para providências. Nos termos de orientação do Departamento Judicial - JUD 21 por meio da Solicitação PGM/JUD 21 - Cumprimento e RPV nº 037705683, constante do processo SEI nº 6021.2021/0001264-7, para cumprimento definitivo de decisão judicial transitada em julgado nos autos da Ação Ordinária nº 1045462-13.2014.8.26.0053, movida por FRANCO CORTESE E OUTROS, em tramitação perante a 7ª Vara da Fazenda Pública, objetivando a conversão dos salários em URV nos meses de março a junho de 1994, determino, em caráter definitivo, a) anotar a decisão havida no prontuário dos autores ILSA DUARTE SOUZA, pensionista nº 13.213/6-00, nascida em 24/05/1951, portadora da identidade RG nº 6.001.368-0 SSP/SP e do CPF/MF nº 805.758.708/34, na condição de beneficiária do ex-servidor LAURO ATHAYDE JUNIOR, falecido em 07/12/2002; LILIANA BRIGANTI, pensionista nº 21.665/8-00, nascida em 14/01/1935, portadora da identidade de RG nº 1.750.472-7 SSP/SP e do CPF/MF nº 248.057.058/41, na condição de beneficiária do ex-servidor RAPHAE PINOTTI BRAGANTI, falecido em 03/06/2004; MARIA GUARALDO, pensionista nº 14.161/5-00, nascida em 22/12/1921, portadora da identidade RG nº 1.690.135-6 SSP/SP e do CPF/MF nº 999.754.838-87, na condição de beneficiária do ex-servidor ANTONIO LAMARTINE FAILLA, falecido em 13/02/1996; MARTHA CHAMMAS GIONGO, pensionista nº 28.882/9-00, nascida em 12/12/1926, portadora da identidade RG nº 1.725.500-9 SSP/SP e do CPF/MF nº 147.834.118/16, na condição de beneficiária do ex-servidor AFFONSO ROCHA GIONGO, falecido em 05/04/2012; b) cadastrar o percentual alcançado de 9,12% para o mês de janeiro de 2021 (data da intimação) em folha de pagamento dos autores, ressalvando a absorção do percentual de eventual opção/reenquadramento em novo PCCS; c) para as autoras MARIA GUARALDO e ILSA DUARTE SOUZA, elaborar os demonstrativos das diferenças devidas, mês a mês, se o caso, adotando-se como termo inicial o mês de outubro de 2009 (prescrição quinquenal) e como termo final a véspera do cadastramento ou da reestruturação de carreira prevista na Lei Municipal nº 15.510/2011; d) para as autoras LILIANA BRIGANTI e MARTHA CHAMMAS GIONGO, elaborar os demonstrativos das diferenças devidas, mês a mês, se o caso, adotando-se como termo inicial o mês de outubro/2009 (prescrição quinquenal) e como termo final a véspera do cadastramento ou de eventual reestruturação de carreira, se anterior.

BENEFÍCIOS

CERTIDÃO NEGATIVA DE BENEFICIÁRIOS DE PENSÃO
6310.2020/0003996-0 - SONIA MARIA DA GRAÇA PETROLIO
6310.2021/0000031-3 - FERNANDA PROENCIO DA SILVA - DEFIRO os pedidos de Certidão Negativa.

INSCRIÇÃO DE PENSIONISTAS – DEFERIDOS
6310.2019/0000597-4 - CARLOS HENRIQUE CAMPOZAN FERRIGATO e DIOGO FELIPE CAMPOZAN FERRIGATO - 1 - À vista das informações, documentos apresentados e Laudo Médico de documento SEI nº 035048126, DEFIRO o pedido constante no documento SEI nº 037857607, referente ao Sr. CARLOS HENRIQUE CAMPOZAN FERRIGATO, com base nos Decretos Municipais nº 46.861/2005 e 52.397/2011, e nos artigos 2º, inciso I e 12, inciso III da Lei Municipal nº 15.080/2009, e na Lei Municipal nº 17.020/2018, regulamentadas pelo Decreto 58.708/2019, em seu artigo 1º, inciso II, §1º e §2º, inciso II. 2 - **CONGELEM-SE** os pagamentos referente ao Sr. DIOGO FELIPE CAMPOZAN FERRIGATO até comprovação da alegada invalidez/incapacidade.

6310.2020/0001877-6 - CLARICE HORTENCIA NOVAIS - À vista das informações e documentos apresentados, DEFIRO o pedido constante no documento SEI nº 031001692, com base nos Decretos Municipais nº 46.861/2005 e 52.397/2011, e nos artigos 2º, inciso I e 12, inciso IV da Lei Municipal nº 15.080/2009, e na Lei Municipal nº 17.020/2018, regulamentadas pelo Decreto 58.708/2019, em seu artigo 1º, inciso I, §1º, observando o prazo de manutenção previsto no seu artigo 7º, inciso IX, alínea "b6".

6310.2020/0002495-4 - SOLINEIDE DE OLIVEIRA e ISABELLA SILVERIO OLIVEIRA DE CARVALHO - ADVOGADO: Ricardo Gonçalves Terazão - OAB/SP 347.082 - 1 - À vista das informações e documentos apresentados, DEFIRO o pedido constante no documento SEI nº 034006128, referente à Isabella Silverio Oliveira de Carvalho, com base nos Decretos Municipais nº 46.861/2005 e 52.397/2011, e nos artigos 2º, inciso I e 12, inciso III da Lei Municipal nº 15.080/2009, e na Lei Municipal nº 17.020/2018, regulamentadas pelo Decreto 58.708/2019, em seu artigo 1º, inciso II, §1º, a partir de 27/08/2020. 2 - À vista das informações e documentos apresentados, INDEFIRO o pedido constante do documento SEI nº 034006074, referente à Solineide de Oliveira, por não preencher as condições previstas no inciso I, §3º e 5º do artigo 2º e 3º da Lei nº 15.080/2009, Orientação de Serviço 01/12-IPREM/SUP e artigo 5º e 6º do Decreto nº 58.708/2019. Ou seja, por não haver ficado suficientemente comprovada a união estável alegada.

6310.2020/0002508-0 - DAIANA DA PAIXÃO SILVA, LEIDE ABIGAYL DA PAIXÃO SILVA, MANUELA KATARINA DA PAIXÃO SILVA, NADINE FERREIRA DA SILVA e LAVINIA SOUZA SILVA - À vista das informações e documentos apresentados, DEFIRO os pedidos constantes nos documentos SEI nº 033560482, 033560629 e 033560740, com base nos Decretos Municipais nº 46.861/2005 e 52.397/2011, e nos artigos 2º, inciso I e 12, inciso II da Lei Municipal nº 15.080/2009, e na Lei Municipal nº 17.020/2018, regulamentadas pelo Decreto 58.708/2019, em seu artigo 1º, inciso I e II, §1º, observando o prazo de manutenção previsto no seu artigo 7º, inciso IX, alínea "b4", referente à Sra. Daiana da Paixão Silva.

6310.2020/0002563-2 - MARIA LUZIA DUTRA RODRIGUES - À vista das informações e documentos apresentados, DEFIRO o pedido constante no documento SEI nº 033789773, com base nos Decretos Municipais nº 46.861/2005 e 52.397/2011, e nos artigos 2º, inciso I e 12, inciso I da Lei Municipal nº 15.080/2009, e na Lei Municipal nº 17.020/2018, regulamentadas pelo Decreto 58.708/2019, em seu artigo 1º, inciso I, §1º, observando o prazo de manutenção previsto no seu artigo 7º, inciso IX, alínea "b6", a partir de 18/09/2020.

6310.2020/0002582-9 - CÉLIA FASANE BRASIL NASCIMENTO - À vista das informações e documentos apresentados, DEFIRO o pedido constante no documento SEI nº 033639186, com base nos Decretos Municipais nº 46.861/2005 e 52.397/2011, e nos artigos 2º, inciso I e 12, inciso I da Lei Municipal nº 15.080/2009, e na Lei Municipal nº 17.020/2018, regulamentadas pelo Decreto 58.708/2019, em seu artigo 1º, inciso I, §1º, observando o prazo de manutenção previsto no seu artigo 7º, inciso IX, alínea "b6".

RECONSIDERAÇÃO DE DESPACHO

6310.2020/0000109 - ODAIR APARECIDO TAKAHASHI - À vista das informações e novos documentos juntados, CONHEÇO por tempestivo, o pedido de Reconsideração do Despacho proferido em SEI nº 035288810, e no mérito, **DOU-LHE PROVIMENTO**, inscrevendo-se o Requerente no rol de beneficiários do Instituto, com base no artigo 2º, inciso I da Lei Municipal nº 15.080/2009, pagando-se a pensão na forma prevista no artigo 12, inciso I, do mesmo diploma legal.

VISTAS E CÓPIAS DE PEÇAS DE PROCESSOS
6310.2018/0003256-2 - VANDERSI DOS SANTOS - ADVOGADA: Gislene Ferreira da Silva - OAB/SP 414.744 - DEFIRO o pedido de Vistas e Cópias.

SAÚDE

GABINETE DO SECRETÁRIO

PROCESSO: 6018.2020/0087773-9
PORTARIA Nº 035/2021-SMS.G
 Institui os Centros de Referência para atendimento integral às pessoas com dores crônicas, no âmbito da Coordenadoria de Atenção Básica da Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo (SMS/SP).

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e

Considerando a necessidade de se atualizarem os parâmetros sobre a dor crônica e as diretrizes para diagnóstico, tratamento e acompanhamento dos indivíduos com esta condição;

Considerando a necessidade de organizar serviços de referência para atendimento integral às pessoas com dores crônicas;

Considerando que os Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) são resultado de consenso técnico-científico e são formulados dentro de rigorosos parâmetros de qualidade e precisão de indicação;

Considerando as estatísticas divulgadas pela IASP (International Association for the Study of Pain) e EFIC (European Federation of IASP Chapters) onde indicam que uma em cada cinco pessoas sofre de dor crônica moderada a intensa e que uma em cada três é incapaz ou menos capaz de manter um estilo de vida independente devido à dor;

Considerando que a PORTARIA Nº 1.083, DE 2 DE OUTUBRO DE 2012 do Ministério da Saúde, aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Dor Crônica;

Considerando o Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que dispõe sobre a organização do Sistema Único de Saúde (SUS), o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação inter federativa; e

Considerando a Lei Federal nº 12.401, de 28 de abril de 2011, que acrescenta um novo capítulo ao Título I da Lei Orgânica da Saúde, a Lei nº 8.080, editada em 19 de setembro de 1990 para regulamentar as ações e serviços de saúde prevista no artigo nº 196 da Constituição Federal de 1988,

RESOLVE:
 Art. 1º Instituir serviços de referência para atendimento integral às pessoas com dores crônicas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) municipal.

Art. 2º O Centro de Referência será denominado Centro de Referência da Dor (CRDor).

Art. 3º Entende-se por Centro de Referência da Dor o equipamentos que possua condições técnicas, instalações físicas, equipamentos e recursos humanos adequados à prestação de assistência integral e especializada a pacientes em risco ou com dor, incluindo triagem, avaliação, indicação e tratamento medicamentoso, terapias adjuvantes e em grupo.

CAPÍTULO I
DOS OBJETIVOS

Art. 4º Organizar serviços multiprofissionais com o objetivo de atender a demanda crescente de quadros dolorosos crônicos, melhorar a qualidade de vida destes pacientes, colaborar no uso racional de medicamentos, reduzir filas de espera, qualificar o atendimento com especialistas e promover um atendimento integral.

CAPÍTULO II
DAS DIRETRIZES ORGANIZATIVAS

Art. 5º Composição da equipe em cada serviço: 2 Acupunturistas de 20 horas, 2 Fisioterapeutas: carga horária de 30 horas, 1 psicólogo: 40h, 1 Educador Físico: 40 h (para interface com as UBS's) e 03 profissionais administrativos para a CR DOR Bosque da Saúde - nova unidade a ser implantada.

Parágrafo único: A contratação dos profissionais será por meio das Organizações Sociais de Saúde de cada território.

Art. 6º Os demais profissionais da equipe multiprofissional serão os da própria unidade.

Art. 7º Os Centros de Referência serão incorporados ao espaço a ser estruturado pela gestão municipal ou regional nos Hospitais Dia – HD e nas AMA-Especialidades de todas as CRS e a implantação de 01 nova unidade - CR Dor Bosque da Saúde.

Art. 8º Diretrizes e fluxos serão encaminhados para as Unidades Básicas de Saúde.

CAPÍTULO III
DO FINANCIAMENTO

Art. 9º Os recursos financeiros a serem repassados às organizações sociais de cada território em que o equipamento esteja localizado serão para equipamentos e recursos humanos.

Art. 10º As despesas decorrentes da execução desta portaria correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário, obedecidas as formalidades legais.

Art. 11º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12º Revogam-se as disposições em contrário.

PROCESSO: 6018.2019/0068649-4
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS - CAS

DIVISÃO ADMINISTRATIVA DE SERVIÇOS DE APOIO
DESPACHO DA DIRETORA DE DIVISÃO TÉCNICA

À vista do constante no presente processo administrativo, em especial da manifestação da Assessoria Jurídica desta Pasta, a qual acolho, fundamentado pelas disposições dos Decretos Municipais nº 42.819/2003 e nº 53.484/12, e Portaria nº 1.204/2013/SMS.G, e pela competência a mim conferida pela Portaria nº 269/2019/SMS, AUTORIZO a baixa patrimonial do veículo:

PREFIXO	MARCA	MODELO
DF135-0	VOLKSWAGEN	KOMBI
CHASSI/SÉRIE	ANO	COMBUSTÍVEL/COR
9BWZZZ237XP010259	1999	GASOLINA/BRANCA
PLACA	RENAVAM	PATRIMÔNIO
BSV2753	719.914.540	3534110

PROCESSO: 6018.2021/0002409-6
GRUPO GESTOR DO CADASTRO MUNICIPAL ÚNICO

DAS ENTIDADES PARCEIRAS DO TERCEIRO SETOR - CENTS
DEFERIMENTO DE REINSCRIÇÃO NO CENTS
DESPACHO DA DIRETORA DE DIVISÃO TÉCNICA
 Considerando o estabelecido no Decreto nº 52.830 de 1º/12/21, nos termos do art. 5º, caput, e na Portaria nº 2235/2016-SMS.G, que delega para a Coordenação do Grupo Gestor a competência de deferir a reinscrição no CENTS, com base na documentação apresentada e no parecer da COJUR/SMS.G, SEI 037832317, DEFIRO a reinscrição da OSC Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer - GRAACC, CNPJ sob o nº 67.185.694/0001-50, no Cadastro Municipal Único de Entidades Parceiras do Terceiro Setor – CENTS.

COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE SUDESTE

DESPACHO AUTORIZATÓRIO

PA. 6018.2020/0086363-0 À vista do noticiado no presente expediente, nos termos da manifestação da Assessoria Jurídica, que acolho, **RETIRATIFICO** o Despacho publicado no DOC de 22/12/2020, pág. 24, para consignar que a autorização correta concedida é no valor de **R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais)** para o mês de **JANEIRO/2021** e não como constou, mantidas inalteradas as demais disposições.

COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE LESTE

DESPACHO DA COORDENADORA REGIONAL DE SAÚDE

6018.2019/0072888-0 - À vista dos elementos constantes do presente, e no exercício das atribuições a mim conferidas pela Portaria 727/2018-SMS.G, e a manifestação contábil no link 037773305 e parecer no link 037795094, que acolho como razão de decidir, e observadas as cautelas de estilo, quanto ao REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO pleiteada pela empresa KONSERV SISTEMA DE SERVIÇOS EIRELI, CNPJ 03.803.992/0001-83, junto ao Contrato 03/2020-CRS. Leste, RECONHEÇO DO PEDIDO, mas, NO MÉRITO, DEIXO DE ACOLHER, uma vez que não restou evidenciado o pressuposto necessário quanto ao desequilíbrio financeiro por parte da empresa interessada, por meio de planilha de custo e formação de preço mensal, nos termos do artigo 65, inciso II alínea 'd' da Lei Federal 8.666/93.

COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE OESTE

Apenação: **AP.84.027.0010/2021** 84.27-Coordenadoria Regional de Saúde Oeste Apenado: 05.926.726/0006-88 MÓDULO ENGENHARIA CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA Empenho:14.630/2020 Tipo: Multa Multa: R\$105,00 - 6018.2020/0007308-7 - Descumprimento ao item 5.9 da Cláusula Quinta e do item 4.9, constante do Anexo I do nº 004/CRSCO/2019, no Posto de Armazenamento e Distribuição de Imunobiológicos (PADI) Centro Oeste, referente aos serviços prestados no período de 01/10/2019 a 31/12/2019, conforme preceitua os itens da Cláusula Décima - Das Penalidades:10